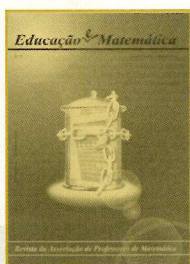


n.º 75
Novembro/
Dezembro
de 2003



EDUCAÇÃO E MATEMÁTICA

Directora

Joana Brocardo

Subdirectora

Adelina Precatado

Redacção

Alice Carvalho

Ana Paula Canavarro

António Fernandes

Elisa Figueira

Fátima Guimarães

Helena Amaral

Helena Fonseca

Helena Rocha

Isabel Rocha

Lina Brunheira

Manuela Pires

Maria José Boia

Colaboradores Permanentes

A. J. Franco de Oliveira

Matemática

Branca Silveira

“Tecnologias na Educação Matemática”

José Paulo Viana

“O problema deste número”

Lurdes Scrrazina

A matemática nos primeiros anos

Maria José Costa

História e Ensino da Matemática

Rui Canário

Educação

Paginação e Pré-Impressão

Gabinete de Edição da APM

Entidade Proprietária

Associação de Professores de

Matemática

Rua Dr. João Couto, 27-A,

1500-236 Lisboa

Tiragem

5000 exemplares

Periodicidade

Jan/Fev, Mar/Abr, Mai/Jun,

Set/Out e Nov/Dez

Impressão

Gráfica Torriana

Fonte Santa, Paúl

2580-250 Torres Vedras

N.º de Registo: 112807

N.º de Depósito Legal: 72011/93

Reforma? Não, obrigado!

Rui Canário

Com a apresentação de uma proposta de Lei de Bases da Educação, o governo promete-nos uma “profunda reforma estrutural da educação em Portugal” que seria herdeira e continuadora da reforma conduzida por Roberto Carneiro, iniciada em 1986. Para quem guarda a memória do fiasco em que se traduziu essa tentativa reformadora, esta promessa não pode deixar de soar mais como uma ameaça. Como se costuma dizer, gato escaldado de água fria tem medo. A Reforma Educativa, que se *arrastou* entre 1986 e os meados dos anos 90, confirmou, em Portugal, a asserção, largamente evidenciada por todo o mundo, de que não são as reformas que mudam as escolas, mas sim as escolas que mudam as reformas. Os principais mentores e concretizadores da Reforma rapidamente perceberam e reconheceram os limites de uma metodologia de mudança, construída de cima para baixo e baseada na coerção legal. O termo reforma passou a ser evitado e criticado. A partir de 1995, a reforma *sumiu-se* e o Pacto Educativo cumpriu a função de ajudar a esquecer-la.

Hoje, pelos vistos, a Reforma está de regresso, com evidente falta de oportunidade e de pertinência. Se, já em 1986, o mito da Reforma era “um erro político crasso” (como reconheceu Roberto Carneiro), repetir agora esse erro seria incorrer num anacronismo que nada contribuirá para resolver o nosso mais importante problema: melhorar o desempenho das escolas. Para o conseguir, só há um caminho sério que é o de apostar na autonomia dos estabelecimentos de ensino, com uma tripla finalidade: reforçar a profissionalidade docente; fazer de cada escola uma organização capaz de aprender com a experiência; construir uma estratégia indutiva de mudança, apoiada nos bons exemplos que existem no terreno. Se temos razões para encarar com cepticismo o anúncio de uma *nova reforma*, esse cepticismo reforça-se quando nos confrontamos com a política seguida pela actual equipa ministerial e que a proposta de Lei de Bases pretende consagrar.

Uma política que contraria a autonomia e reforça o centralismo: até agora não foi dado um único passo para concretizar contratos de autonomia com as escolas, previstos na lei, mas avançou-se num processo burocrático e centralista de promover agrupamentos à força. Uma política que combina os inconvenientes da nossa tradição centralista e estatal com a inspiração em valores de competição e emulação, próprios do mercado: foi suspenso um programa de avaliação das escolas, mediática e politicamente substituído pela publicação de *rankings*, sem que às escolas com resultados menos bons seja facultado (como foi prometido) qualquer apoio. Uma política que, liquidando, sem glória nem proveito, qualquer política de incentivo à inovação (encerramento do IIE, fim de programas de apoio financeiro e pedagógico a iniciativas das escolas), se priva de aproveitar o capital de inteligência de que as escolas e os professores são depositários. Uma política em que as preocupações retóricas com a qualidade da formação dos professores coexistem, quer com o marasmo e a indefinição em que continuam a viver os Centros de Formação de Associações de Escolas, quer com a tomada de decisões inconsequentes, como é o caso da suspensão do processo de acreditação dos cursos de formação inicial, desperdiçando-se (uma vez mais sem glória nem proveito) recursos, conhecimento e trabalho.

Não se põe em dúvida que, a concretizar-se, a *profunda reforma* que nos promete terá consequências para o nosso futuro. O problema reside em saber se é desejável o futuro que nos anunciam.

Rui Canário
FPCE da Universidade de Lisboa